

Aviso de 04/11/2019

n. 467/2019 - PGJ

24º Concurso de Estagiários do Ministério Público do Estado de São Paulo – Graduação em Direito

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, a pedido da Presidente da Comissão do 24º Concurso de Estagiários do Ministério Público do Estado de São Paulo, FAZ PUBLICAR A TODOS OS INTERESSADOS, os cadernos de perguntas e os respectivos gabaritos, da **prova realizada no dia 3 de novembro**, bem como instruções, para apresentação de eventual recurso.

1. Abre-se o prazo de 5 (cinco) dias para recursos, contados a partir da publicação deste Aviso.

1.1. No prazo do recurso, o candidato, diretamente ou por intermédio de procurador habilitado com poderes específicos, poderá arguir perante a Comissão de concurso, sob pena de preclusão, a nulidade de questões por deficiência na sua elaboração e incorreção das alternativas apontadas.

1.2. A arguição deverá ser motivada, sob pena de não conhecimento.

1.3. A arguição deverá ser protocolada, pelo candidato, diretamente ou por intermédio de procurador habilitado com poderes específicos, na Secretaria do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do Ministério Público ou nas Áreas Regionais (nos endereços constantes do Anexo I do Edital), **no período de 06 a 11 de novembro de 2019, das 11h30 às 18h30.**

2. Havendo mais de uma arguição, a Comissão do Concurso as reunirá para divulgação conjunta do resultado dos julgamentos.

3. Ultrapassado o prazo previsto no item 9.1. do Edital e 1.3 deste Aviso e resolvidos os recursos, se apresentados, será publicado o gabarito definitivo e a lista dos aprovados, relacionados por Região, no Diário Oficial do Estado (Poder Executivo - Seção I) e divulgados no site do MPSP (www.mpsp.mp.br) e do CEAF/ESMP (www.esmp.mpsp.mp.br), **a partir do dia 30/11/2019.**

4. Em nenhuma hipótese caberá recurso da decisão que apreciar a arguição.

PROVAS E GABARITOS

PROVA "A"

LÍNGUA PORTUGUESA

1) Analise as alternativas abaixo e assinale a que estiver grafada **corretamente** quanto à regência verbal:

- a) Promotor de Justiça: eis o cargo que aspiro.
- b) Recorri o Ministro para que me ajude.
- c) Obrigou-as a trabalhar?
- d) Recomendo-os prudência!

2) Assinale a alternativa em que o pronome oblíquo átono foi empregado segundo o que recomenda a norma culta:

- a) Me dá um pouco do seu sorvete?
- b) Disseram-me que o Artur está namorando!
- c) Não diga-lhes nada, por favor!
- d) A palestra que realizar-se-á amanhã será muito importante.

3) Assinale a alternativa que preencha, **correta** e respectivamente, as lacunas nos enunciados abaixo:

A mãe gastou _____ quantia em medicamentos.

Haverá _____ do terreno para a construção do teatro.
O jogador terá que _____ a camisa para ser convocado.

- a) vultosa - cessão - suar
- b) vultuosa - cessão - suar
- c) vultosa - sessão - soar
- d) vultuosa - seção - soar

4) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Em relação à frase acima, é **correto** afirmar:

- a) "Todos" é o predicado da frase.
- b) "bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida" funciona como aposto.
- c) Em "defendê-lo" e "preservá-lo", o pronome oblíquo átono "lo" substitui o substantivo "direito".
- d) "têm" trata-se de verbo utilizado no gerúndio.

5) Assinale a alternativa **correta** quanto à ortografia e à acentuação dos trechos abaixo:

- a) É imprescindível que todas as áreas do saber se conjuguem de forma transdisciplinar e consigam minimizar a hiper-especialização do conhecimento.
- b) Assender materialmente só tem sentido se houver discernimento daquele que enriquece: riqueza material pode ser benvinda se for associada à do espírito, caso contrário, torna-se inocua.
- c) Numa era de turbulência, marcada por ódio efervescente, os livros de filosofia são antídotos contra tudo o que aniquila os valores, além de nos ajudar a coexistir com nossas próprias contradições.
- d) É cada vez mais comum a denúncia de improbidade administrativa em órgãos públicos, por isso é importante que as instituições trabalhem com diligência para apurar desvios inadmissíveis.

6) Assinale a alternativa que completa **corretamente** a frase, de acordo com a regência e o sinal indicativo da crase:

Em um país com baixos indicadores de leitura,

- a) não basta dobrar o número de bibliotecas, já que o incentivo à leitura é fundamental e a essa estratégia ninguém pode se opor.
- b) mesmo que as pesquisas mostrem aumento de leitores e o mercado livreiro ratifique aos dados, ainda não há nada à comemorar.
- c) não adianta impor autores clássicos a clientela jovem, se ela não for motivada previamente e não souber usufruir o prazer de ler esse tipo de literatura.
- d) é irrelevante para a família comprar livros, sem compartilhar à leitura com a criança e sem conduzir-lhe ao mundo da narrativa.

7) Preencha **correta** e respectivamente as lacunas da frase, de acordo com a norma da conjugação verbal:

_____ nas palavras dos mestres: "Em tempos de caos, se nos _____unidos e se a ordem estabelecida não _____ em nossa liberdade, aos poucos, tudo voltará ao normal".

- a) Meditemos – mantermos - intervier
- b) Meditamos – mantivemos - intervir
- c) Meditemos – mantivermos - intervier
- d) Meditamos – mantivermos - intervir

8) Assinale a alternativa em que todas as barras devem ser substituídas por vírgulas:

- a) Bons professores têm elevado nível intelectual e são pessoas curiosas/ capazes de continuar aprendendo pela vida afora/ como faz/ apaixonadamente/ qualquer profissional de alto nível.
- b) Bons professores têm elevado nível intelectual e/ são/ pessoas curiosas capazes continuar aprendendo/ pela vida afora como faz apaixonadamente/ qualquer profissional de alto nível.
- c) Bons professores/ têm elevado nível intelectual e são pessoas curiosas capazes de continuar aprendendo/ pela vida/ afora como faz apaixonadamente qualquer profissional/ de alto nível.
- d) Bons professores têm elevado nível intelectual/ e são pessoas curiosas/ capazes de continuar aprendendo pela vida/ afora como faz apaixonadamente/ qualquer profissional de alto nível.

PRINCÍPIOS E FUNÇÕES CONSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

09) São funções institucionais do Ministério Público, **exceto**:

- a) Exercer o controle externo da atividade policial.
- b) Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial.
- c) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- d) Exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

10) São **princípios** institucionais do Ministério Público:

- a) A independência funcional e a vitaliciedade.
- b) A unidade e a independência funcional.
- c) A inamovibilidade e a indivisibilidade.
- d) A independência funcional e a irredutibilidade de subsídio.

11) É **permitido** ao membro do Ministério Público, segundo o artigo 128, da Constituição da República:

- a) Exercer, além do cargo de membro do Ministério Público, uma única função pública de magistério.
- b) Exercer a advocacia.
- c) Exercer atividade político-partidária.
- d) Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.

12) A propósito da disciplina do Ministério Público na Constituição da República, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.
- c) Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tripartite dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- d) A Constituição da República prevê, expressamente, que será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o Ministério Público.

DIREITO PENAL – PARTE GERAL

13) É **correto** afirmar que, em relação ao TEMPO DO CRIME, o Código Penal brasileiro adotou:

- a) A Teoria do Resultado.
- b) A Teoria da Atividade.
- c) A Teoria da Ubiquidade.

d) O Princípio da Retroatividade *in pejus*.

14) Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa **adequada**:

I – A *abolitio criminis* extingue os efeitos penais e extrapenais da condenação.

II – Nos *crimes comissivos*, existe a previsão de um comportamento positivo que, se realizado, resultará, em tese, na configuração do tipo penal. Os *crimes omissivos* estão divididos em próprios e impróprios.

III – No *crime impossível*, há previsão legal da infração que o agente pretende praticar, mas não alcança seu intento por absoluta ineficácia do meio ou absoluta impropriedade do objeto.

IV – No *crime putativo*, o agente almeja praticar uma infração que não encontra respaldo em nossa legislação. O fato por ele praticado é típico e ilícito.

- a) As afirmações I e II estão corretas e as demais incorretas.
- b) As afirmações II e III estão corretas e as demais incorretas.
- c) As afirmações I e IV estão corretas e as demais incorretas.
- d) Todas as afirmações estão corretas.

15) *Sebastião, Joaquim e Pedro*, no dia 21 de setembro de 2018, sequestraram a vítima *Marta*, a fim de conseguirem valor de resgate. Nessa época, estava em vigor a lei ALFA, que determinava a pena para o delito praticado pelos agentes. Ocorre que, cinco dias depois, em 26 de setembro de 2018, enquanto os agentes permaneciam com a vítima privada de sua liberdade e negociavam o seu resgate, entrou em vigor a lei BETA, que agravou a pena do crime, aumentando-a de metade. A vítima somente foi libertada no dia 02 de outubro de 2018. Nessa situação hipotética, em caso de condenação, qual lei deverá ser aplicada e sob qual justificativa?

- a) A lei ALFA, porque estava em vigor ao tempo da privação da liberdade da vítima.
- b) A lei ALFA, porque é a mais benéfica aos réus, considerando que há proibição da aplicação da *novatio legis in pejus*.
- c) A lei BETA, porque se trata de crime permanente e não há que se falar em *novatio legis in pejus*.
- d) A lei BETA, porque se trata de crime instantâneo e não permanente.

16) Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O Código Penal adotou, no artigo 68, o sistema trifásico para o cálculo da pena.
- b) Na primeira fase, a pena-base será fixada atendendo-se ao critério do artigo 59 do Código Penal, consistente nas circunstâncias judiciais.
- c) Na segunda fase de fixação da pena, as circunstâncias atenuantes poderão ser fixadas abaixo do mínimo legal e as agravantes, acima do máximo previsto em lei.
- d) Na terceira fase, serão consideradas as causas de diminuição e de aumento de pena previstas tanto na parte geral, quanto na especial.

17) É **incorreto** afirmar que o juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado à pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que:

- a) Cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.
- b) Cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso.
- c) Cumpridos mais de três quintos da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.
- d) Comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto e tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração.

18) Assinale a alternativa **correta** acerca dos seguintes enunciados:

I - Ocorre o concurso material homogêneo quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes idênticos, aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.

II - Ocorre o concurso material heterogêneo quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes não idênticos, aplicando-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

III - Ocorre o concurso formal homogêneo quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes idênticos, aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.

IV - Ocorre o concurso formal heterogêneo quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes não idênticos, aplicando-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

V - Ocorre o crime continuado quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplicando-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

- a) Os enunciados I, II e V são corretos;
- b) Os enunciados I, III e IV são corretos;
- c) Os enunciados II, III e IV são corretos;
- d) Os enunciados I, IV e V são corretos.

19) Assinale a alternativa **correta** acerca dos seguintes enunciados:

I - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que o crime se consumou e, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa.

II - São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos ou maior de 70 (setenta) anos.

III - O curso da prescrição interrompe-se pelo oferecimento da denúncia ou da queixa, pela pronúncia, pela decisão confirmatória da pronúncia e pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.

IV - O curso da prescrição interrompe-se pelo início ou continuação do cumprimento da pena.

- a) Os enunciados I e III são corretos.
- b) Os enunciados I e IV são corretos.
- c) Os enunciados II e III são corretos.
- d) Os enunciados II e IV são corretos.

20) Assinale a alternativa **incorreta**:

a) A ação penal pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.

b) Segundo estabelece o Código Penal, a representação será irretroatável depois de recebida a denúncia.

c) A ação de iniciativa privada é promovida mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.

d) Salvo disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso de queixa subsidiária, do dia em que se esgota o prazo para o oferecimento da denúncia.

DIREITO CIVIL - PARTE GERAL

21) Sobre a pessoa jurídica, é **incorreto** afirmar que:

- a) Quanto ao regime, classificam-se em pessoas jurídicas de Direito Público Interno, Direito Público Externo e pessoas jurídicas de Direito Privado.
- b) Possuem personalidade e patrimônio próprios.

- c) As pessoas jurídicas de Direito Privado têm início com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- d) Cassada a autorização para seu funcionamento, imediatamente ela se extingue, independentemente de liquidação.

22) No que diz respeito ao domicílio da pessoa natural, é **correto** afirmar que:

- a) É o local de sua residência, com ou sem o ânimo definitivo.
- b) O funcionário público pode optar entre o local em que exerce permanentemente suas funções e o de sua residência.
- c) O preso não tem domicílio.
- d) É o lugar em que for encontrada a pessoa que não tenha residência habitual.

23) Sobre os bens reciprocamente considerados, é **incorreto** afirmar que:

- a) As benfeitorias voluptuárias são as que aumentam ou facilitam o uso do bem.
- b) São pertencas os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- c) Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.
- d) São necessárias as benfeitorias que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.

24) Nos termos do Código Civil, é **incorreto** afirmar que:

- a) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.
- b) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- c) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- d) É nulo o negócio jurídico por incapacidade relativa do agente.

25) Quanto ao instituto da prescrição, conforme previsto no Código Civil, é **correto** afirmar:

- a) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- b) A prescrição é irrenunciável.
- c) A prescrição somente pode ser alegada em primeiro grau de jurisdição.
- d) Os prazos prescricionais fluem, ainda que pendente condição suspensiva.

26) De acordo com o Código Civil, é **correto** afirmar que:

- a) A incapacidade relativa por menoridade somente cessa quando a pessoa atinge a maioridade.
- b) A declaração de morte presumida sempre pressupõe a decretação de ausência.
- c) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são absolutamente incapazes.
- d) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

27) Quanto aos direitos da personalidade, nos termos do Código Civil, é **correto** afirmar:

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- b) A proteção dos direitos da personalidade não se aplica às pessoas jurídicas.
- c) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- d) A proteção dos direitos da personalidade não se aplica às pessoas naturais.

28) De acordo com o Código Civil, pode(m) ser admitido(s) como testemunha(s):

- a) O interessado no litígio.

- b) Os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais, até o terceiro grau de alguma das partes, por consanguinidade, ou afinidade.
- c) As pessoas com deficiência.
- d) Os menores de dezesseis anos.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

29) São princípios processuais explícitos na Constituição da República, **exceto**:

- a) Devido processo legal.
- b) Presunção de inocência.
- c) Juiz natural.
- d) Duplo grau de jurisdição.

30) Assinale a alternativa **incorreta**. É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) A plenitude de defesa.
- b) A publicidade das votações.
- c) A soberania dos veredictos.
- d) A competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

31) Sobre os princípios processuais constitucionais, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A lei poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- b) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- c) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- d) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

32) Quanto à prisão, segundo a Constituição da República, é **correto** afirmar que:

- a) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, inclusive nos casos de transgressão militar e crime propriamente militar, definidos em lei.
- b) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados ao juiz competente, depois de 48 horas, e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- c) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
- d) O preso não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

33) Assinale a alternativa **correta**:

- a) O processo começa por iniciativa do juiz e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.
- b) O Estado promoverá, sempre que possível, a solução litigiosa dos conflitos.
- c) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.
- d) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa, mesmo que inefetiva.

34) São princípios inerentes à jurisdição, **exceto**:

- a) Investidura
- b) Aderência ao território
- c) Inafastabilidade
- d) Evitabilidade

35) Sobre os temas “jurisdição” e “ação”, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A jurisdição é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional, conforme as disposições do Código de Processo Civil.
- b) Segundo o Código de Processo Civil, para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- c) O Código de Processo Civil, expressamente, elege a possibilidade jurídica do pedido como condição autônoma da ação.
- d) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

36) Sobre a atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica, no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica, nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição e nos processos que envolvam interesse público ou social, interesse de incapaz ou litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.
- b) A participação da Fazenda Pública, no processo civil, necessariamente, impõe a intervenção do Ministério Público, ainda que se trate de interesse público secundário.
- c) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- d) O Ministério Público, quando oficiar como fiscal da ordem jurídica, gozará de prazo em dobro para se manifestar nos autos.

LEI ORGÂNICA ESTADUAL DO MP

37) Incumbe ao estagiário, no exercício de suas funções auxiliares:

- I. O atendimento ao público, nos limites da orientação que venha a receber;
- II. A execução dos serviços de digitação, correspondência, escrituração, registro e arquivo, que lhe forem atribuídos;
- III. Realizar o acompanhamento de processos administrativos ou judiciais;
- IV. O desempenho, a partir da formalização do termo de estágio, de atos que constituam atribuição exclusiva de órgão de execução do Ministério Público.

- a) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) As afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- d) Somente a afirmativa I está correta.

38) É **correto** afirmar que o estagiário, que desempenha outro cargo, emprego ou função pública ou exerça atividade privada incompatível com sua condição, está sujeito:

- a) Ao descredenciamento automático.
- b) Ao procedimento administrativo sumário, que seguirá o rito estabelecido para os membros do Ministério Público.
- c) Ao procedimento administrativo sumário, que seguirá o rito estabelecido para os servidores do Ministério Público.
- d) Ao procedimento administrativo disciplinar, que será instruído pela Comissão Processante Permanente composta por 5 (cinco) Procuradores de Justiça.

39) A partir da formalização do termo de compromisso de estágio, é **correto** afirmar que o estagiário:

- a) Terá os mesmos direitos e vantagens assegurados aos servidores do Ministério Público.
- b) Terá vínculo empregatício com o Estado.
- c) Deverá manter sigilo sobre informações, assuntos, fatos e documentos que tiver conhecimento em decorrência do estágio.
- d) Poderá identificar-se, invocando sua qualidade funcional, ou usar papéis com o timbre do Ministério Público em qualquer matéria alheia ao serviço.

40) É causa de desligamento automático do estagiário:

- a) A utilização de distintivos e insígnias privativos dos membros do Ministério Público.
- b) A ausência no serviço, durante o ano civil, por mais de dez dias sem justificção, ou por mais de vinte dias, ainda que motivadamente.
- c) A reprovação em uma disciplina no curso de graduação ou a sujeição a procedimento disciplinar na instituição de ensino que frequenta.
- d) O comportamento incompatível com a natureza da atividade funcional.

GABARITO PROVA "A"

1	C
2	B
3	A
4	B
5	D
6	A
7	C
8	A
9	D
10	B
11	A
12	D
13	B
14	B
15	C
16	C
17	C
18	D
19	B
20	B
21	D
22	D
23	A
24	D
25	A
26	D
27	A
28	C
29	D
30	B
31	A
32	C
33	C
34	D
35	C
36	B
37	A
38	C
39	C
40	B

PROVA "B"

PRINCÍPIOS E FUNÇÕES CONSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1) São funções institucionais do Ministério Público, exceto:

- a) Exercer o controle externo da atividade policial.
- b) Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial.
- c) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- d) Exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

2) São **princípios** institucionais do Ministério Público:

- a) A independência funcional e a vitaliciedade.
- b) A unidade e a independência funcional.
- c) A inamovibilidade e a indivisibilidade.
- d) A independência funcional e a irredutibilidade de subsídio.

3) É **permitido** ao membro do Ministério Público, segundo o artigo 128, da Constituição da República:

- a) Exercer, além do cargo de membro do Ministério Público, uma única função pública de magistério.
- b) Exercer a advocacia.
- c) Exercer atividade político-partidária.
- d) Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.

4) A propósito da disciplina do Ministério Público na Constituição da República, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.
- c) Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- d) A Constituição da República prevê, expressamente, que será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o Ministério Público.

DIREITO PENAL – PARTE GERAL

5) É **correto** afirmar que, em relação ao TEMPO DO CRIME, o Código Penal brasileiro adotou:

- a) A Teoria do Resultado.
- b) A Teoria da Atividade.
- c) A Teoria da Ubiquidade.
- d) O Princípio da Retroatividade *in pejus*.

6) Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa **adequada**:

I – A *abolitio criminis* extingue os efeitos penais e extrapenais da condenação.

II – Nos *crimes comissivos*, existe a previsão de um comportamento positivo que, se realizado, resultará, em tese, na configuração do tipo penal. Os *crimes omissivos* estão divididos em próprios e impróprios.

III – No *crime impossível*, há previsão legal da infração que o agente pretende praticar, mas não alcança seu intento por absoluta ineficácia do meio ou absoluta impropriedade do objeto.

IV – No *crime putativo*, o agente almeja praticar uma infração que não encontra respaldo em nossa legislação. O fato por ele praticado é típico e ilícito.

- a) As afirmações I e II estão corretas e as demais incorretas.
- b) As afirmações II e III estão corretas e as demais incorretas.
- c) As afirmações I e IV estão corretas e as demais incorretas.
- d) Todas as afirmações estão corretas.

7) *Sebastião, Joaquim e Pedro*, no dia 21 de setembro de 2018, sequestraram a vítima *Marta*, a fim de conseguirem valor de resgate. Nessa época, estava em vigor a lei ALFA, que determinava a pena para o delito praticado pelos agentes. Ocorre que, cinco dias depois, em 26 de setembro de 2018, enquanto os agentes permaneciam com a vítima privada de sua liberdade e negociavam o seu resgate, entrou em vigor a lei BETA, que agravou a pena do crime, aumentando-a de metade. A vítima somente foi libertada no dia 02 de outubro de 2018. Nessa situação hipotética, em caso de condenação, qual lei deverá ser aplicada e sob qual justificativa?

- a) A lei ALFA, porque estava em vigor ao tempo da privação da liberdade da vítima.
- b) A lei ALFA, porque é a mais benéfica aos réus, considerando que há proibição da aplicação da *novatio legis in pejus*.
- c) A lei BETA, porque se trata de crime permanente e não há que se falar em *novatio legis in pejus*.
- d) A lei BETA, porque se trata de crime instantâneo e não permanente.

8) Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O Código Penal adotou, no artigo 68, o sistema trifásico para o cálculo da pena.
- b) Na primeira fase, a pena-base será fixada atendendo-se ao critério do artigo 59 do Código Penal, consistente nas circunstâncias judiciais.
- c) Na segunda fase de fixação da pena, as circunstâncias atenuantes poderão ser fixadas abaixo do mínimo legal e as agravantes, acima do máximo previsto em lei.
- d) Na terceira fase, serão consideradas as causas de diminuição e de aumento de pena previstas tanto na parte geral, quanto na especial.

9) É **incorreto** afirmar que o juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado à pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que:

- a) Cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.
- b) Cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso.
- c) Cumpridos mais de três quintos da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.
- d) Comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto e tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração.

10) Assinale a alternativa **correta** acerca dos seguintes enunciados:

I - Ocorre o concurso material homogêneo quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes idênticos, aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.

II - Ocorre o concurso material heterogêneo quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes não idênticos, aplicando-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

III - Ocorre o concurso formal homogêneo quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes idênticos, aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.

IV - Ocorre o concurso formal heterogêneo quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes não idênticos, aplicando-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

V – Ocorre o crime continuado quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplicando-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

- a) Os enunciados I, II e V são corretos;
- b) Os enunciados I, III e IV são corretos;
- c) Os enunciados II, III e IV são corretos;
- d) Os enunciados I, IV e V são corretos.

11) Assinale a alternativa **correta** acerca dos seguintes enunciados:

I – A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que o crime se consumou e, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa.

II – São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos ou maior de 70 (setenta) anos.

III – O curso da prescrição interrompe-se pelo oferecimento da denúncia ou da queixa, pela pronúncia, pela decisão confirmatória da pronúncia e pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.

IV - O curso da prescrição interrompe-se pelo início ou continuação do cumprimento da pena.

- a) Os enunciados I e III são corretos.
- b) Os enunciados I e IV são corretos.
- c) Os enunciados II e III são corretos.
- d) Os enunciados II e IV são corretos.

12) Assinale a alternativa **incorreta**:

a) A ação penal pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.

b) Segundo estabelece o Código Penal, a representação será irretratável depois de recebida a denúncia.

c) A ação de iniciativa privada é promovida mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.

d) Salvo disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso de queixa subsidiária, do dia em que se esgota o prazo para o oferecimento da denúncia.

DIREITO CIVIL - PARTE GERAL

13) Sobre a pessoa jurídica, é **incorreto** afirmar que:

a) Quanto ao regime, classificam-se em pessoas jurídicas de Direito Público Interno, Direito Público Externo e pessoas jurídicas de Direito Privado.

b) Possuem personalidade e patrimônio próprios.

c) As pessoas jurídicas de Direito Privado têm início com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

d) Cassada a autorização para seu funcionamento, imediatamente ela se extingue, independentemente de liquidação.

14) No que diz respeito ao domicílio da pessoa natural, é **correto** afirmar que:

a) É o local de sua residência, com ou sem o ânimo definitivo.

b) O funcionário público pode optar entre o local em que exerce permanentemente suas funções e o de sua residência.

c) O preso não tem domicílio.

d) É o lugar em que for encontrada a pessoa que não tenha residência habitual.

15) Sobre os bens reciprocamente considerados, é **incorreto** afirmar que:

- a) As benfeitorias voluptuárias são as que aumentam ou facilitam o uso do bem.
- b) São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- c) Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.
- d) São necessárias as benfeitorias que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.

16) Nos termos do Código Civil, é **incorreto** afirmar que:

- a) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.
- b) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- c) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- d) É nulo o negócio jurídico por incapacidade relativa do agente.

17) Quanto ao instituto da prescrição, conforme previsto no Código Civil, é **correto** afirmar:

- a) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- b) A prescrição é irrenunciável.
- c) A prescrição somente pode ser alegada em primeiro grau de jurisdição.
- d) Os prazos prescricionais fluem, ainda que pendente condição suspensiva.

18) De acordo com o Código Civil, é **correto** afirmar que:

- a) A incapacidade relativa por menoridade somente cessa quando a pessoa atinge a maioridade.
- b) A declaração de morte presumida sempre pressupõe a decretação de ausência.
- c) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são absolutamente incapazes.
- d) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

19) Quanto aos direitos da personalidade, nos termos do Código Civil, é **correto** afirmar:

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- b) A proteção dos direitos da personalidade não se aplica às pessoas jurídicas.
- c) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- d) A proteção dos direitos da personalidade não se aplica às pessoas naturais.

20) De acordo com o Código Civil, pode(m) ser admitido(s) como testemunha(s):

- a) O interessado no litígio.
- b) Os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais, até o terceiro grau de alguma das partes, por consanguinidade, ou afinidade.
- c) As pessoas com deficiência.
- d) Os menores de dezesseis anos.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

21) São princípios processuais explícitos na Constituição da República, **exceto**:

- a) Devido processo legal.
- b) Presunção de inocência.
- c) Juiz natural.
- d) Duplo grau de jurisdição.

- 22) Assinale a alternativa **incorreta**. É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:
- a) A plenitude de defesa.
 - b) A publicidade das votações.
 - c) A soberania dos veredictos.
 - d) A competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- 23) Sobre os princípios processuais constitucionais, assinale a alternativa **incorreta**:
- a) A lei poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
 - b) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
 - c) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
 - d) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- 24) Quanto à prisão, segundo a Constituição da República, é **correto** afirmar que:
- a) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, inclusive nos casos de transgressão militar e crime propriamente militar, definidos em lei.
 - b) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados ao juiz competente, depois de 48 horas, e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
 - c) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
 - d) O preso não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- 25) Assinale a alternativa **correta**:
- a) O processo começa por iniciativa do juiz e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.
 - b) O Estado promoverá, sempre que possível, a solução litigiosa dos conflitos.
 - c) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.
 - d) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa, mesmo que inefetiva.
- 26) São princípios inerentes à jurisdição, **exceto**:
- a) Investidura
 - b) Aderência ao território
 - c) Inafastabilidade
 - d) Evitabilidade
- 27) Sobre os temas "jurisdição" e "ação", assinale a alternativa **incorreta**:
- a) A jurisdição é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional, conforme as disposições do Código de Processo Civil.
 - b) Segundo o Código de Processo Civil, para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
 - c) O Código de Processo Civil, expressamente, elege a possibilidade jurídica do pedido como condição autônoma da ação.
 - d) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- 28) Sobre a atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica, no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica, nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição e nos processos que envolvam interesse público ou social, interesse de incapaz ou litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.
- b) A participação da Fazenda Pública, no processo civil, necessariamente, impõe a intervenção do Ministério Público, ainda que se trate de interesse público secundário.
- c) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- d) O Ministério Público, quando oficiar como fiscal da ordem jurídica, gozará de prazo em dobro para se manifestar nos autos.

LEI ORGÂNICA ESTADUAL DO MP

29) Incumbe ao estagiário, no exercício de suas funções auxiliares:

- I. O atendimento ao público, nos limites da orientação que venha a receber;
- II. A execução dos serviços de digitação, correspondência, escrituração, registro e arquivo, que lhe forem atribuídos;
- III. Realizar o acompanhamento de processos administrativos ou judiciais;
- IV. O desempenho, a partir da formalização do termo de estágio, de atos que constituam atribuição exclusiva de órgão de execução do Ministério Público.

- a) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) As afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- d) Somente a afirmativa I está correta.

30) É **correto** afirmar que o estagiário, que desempenha outro cargo, emprego ou função pública ou exerça atividade privada incompatível com sua condição, está sujeito:

- a) Ao descredenciamento automático.
- b) Ao procedimento administrativo sumário, que seguirá o rito estabelecido para os membros do Ministério Público.
- c) Ao procedimento administrativo sumário, que seguirá o rito estabelecido para os servidores do Ministério Público.
- d) Ao procedimento administrativo disciplinar, que será instruído pela Comissão Processante Permanente composta por 5 (cinco) Procuradores de Justiça.

31) A partir da formalização do termo de compromisso de estágio, é **correto** afirmar que o estagiário:

- a) Terá os mesmos direitos e vantagens assegurados aos servidores do Ministério Público.
- b) Terá vínculo empregatício com o Estado.
- c) Deverá manter sigilo sobre informações, assuntos, fatos e documentos que tiver conhecimento em decorrência do estágio.
- d) Poderá identificar-se, invocando sua qualidade funcional, ou usar papéis com o timbre do Ministério Público em qualquer matéria alheia ao serviço.

32) É causa de desligamento automático do estagiário:

- a) A utilização de distintivos e insígnias privativos dos membros do Ministério Público.
- b) A ausência no serviço, durante o ano civil, por mais de dez dias sem justificção, ou por mais de vinte dias, ainda que motivadamente.
- c) A reprovação em uma disciplina no curso de graduação ou a sujeição a procedimento disciplinar na instituição de ensino que frequenta.
- d) O comportamento incompatível com a natureza da atividade funcional.

LÍNGUA PORTUGUESA

33) Analise as alternativas abaixo e assinale a que estiver grafada **corretamente** quanto à regência verbal:

- a) Promotor de Justiça: eis o cargo que aspiro.
- b) Recorri o Ministro para que me ajude.
- c) Obrigou-as a trabalhar?
- d) Recomendo-os prudência!

34) Assinale a alternativa em que o pronome oblíquo átono foi empregado segundo o que recomenda a norma culta:

- a) Me dá um pouco do seu sorvete?
- b) Disseram-me que o Artur está namorando!
- c) Não diga-lhes nada, por favor!
- d) A palestra que realizar-se-á amanhã será muito importante.

35) Assinale a alternativa que preencha, **correta** e respectivamente, as lacunas nos enunciados abaixo:

A mãe gastou _____ quantia em medicamentos.
Haverá _____ do terreno para a construção do teatro.
O jogador terá que _____ a camisa para ser convocado.

- a) vultosa - cessão - suar
- b) vultuosa - cessão - suar
- c) vultosa - sessão - soar
- d) vultuosa - seção - soar

36) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Em relação à frase acima, é **correto** afirmar:

- a) "Todos" é o predicado da frase.
- b) "bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida" funciona como aposto.
- c) Em "defendê-lo" e "preservá-lo", o pronome oblíquo átono "lo" substitui o substantivo "direito".
- d) "têm" trata-se de verbo utilizado no gerúndio.

37) Assinale a alternativa **correta** quanto à ortografia e à acentuação dos trechos abaixo:

- a) É imprescindível que todas as áreas do saber se conjuguem de forma transdisciplinar e consigam minimizar a hiper-especialização do conhecimento.
- b) Assender materialmente só tem sentido se houver discernimento daquele que enriquece: riqueza material pode ser benvinda se for associada à do espírito, caso contrário, torna-se inocua.
- c) Numa era de turbulência, marcada por ódio efervescente, os livros de filosofia são antídotos contra tudo o que aniquila os valores, além de nos ajudar a coexistir com nossas próprias contradições.
- d) É cada vez mais comum a denúncia de improbidade administrativa em órgãos públicos, por isso é importante que as instituições trabalhem com diligência para apurar desvios inadmissíveis.

38) Assinale a alternativa que completa **corretamente** a frase, de acordo com a regência e o sinal indicativo da crase:

Em um país com baixos indicadores de leitura,

- a) não basta dobrar o número de bibliotecas, já que o incentivo à leitura é fundamental e a essa estratégia ninguém pode se opor.

- b) mesmo que as pesquisas mostrem aumento de leitores e o mercado livreiro ratifique aos dados, ainda não há nada à comemorar.
- c) não adianta impor autores clássicos a clientela jovem, se ela não for motivada previamente e não souber usufruir o prazer de ler esse tipo de literatura.
- d) é irrelevante para a família comprar livros, sem compartilhar à leitura com a criança e sem conduzir-lhe ao mundo da narrativa.

39) Preencha **correta** e respectivamente as lacunas da frase, de acordo com a norma da conjugação verbal:

_____ nas palavras dos mestres: "Em tempos de caos, se nos _____unidos e se a ordem estabelecida não _____ em nossa liberdade, aos poucos, tudo voltará ao normal".

- a) Meditemos – mantermos - intervier
- b) Meditamos – mantivemos - intervir
- c) Meditemos – mantivermos - intervier
- d) Meditamos – mantivermos – intervir

40) Assinale a alternativa em que todas as barras devem ser substituídas por vírgulas:

- a) Bons professores têm elevado nível intelectual e são pessoas curiosas/ capazes de continuar aprendendo pela vida afora/ como faz/ apaixonadamente/ qualquer profissional de alto nível.
- b) Bons professores têm elevado nível intelectual e/ são/ pessoas curiosas capazes continuar aprendendo/ pela vida afora como faz apaixonadamente/ qualquer profissional de alto nível.
- c) Bons professores/ têm elevado nível intelectual e são pessoas curiosas capazes de continuar aprendendo/ pela vida/ afora como faz apaixonadamente qualquer profissional/ de alto nível.
- d) Bons professores têm elevado nível intelectual/ e são pessoas curiosas/ capazes de continuar aprendendo pela vida/ afora como faz apaixonadamente/ qualquer profissional de alto nível.

GABARITO PROVA "B"

1	D
2	B
3	A
4	D
5	B
6	B
7	C
8	C
9	C
10	D
11	B
12	B
13	D
14	D
15	A
16	D
17	A
18	D
19	A
20	C
21	D
22	B
23	A
24	C
25	C
26	D
27	C
28	B
29	A
30	C

31	C
32	B
33	C
34	B
35	A
36	B
37	D
38	A
39	C
40	A

PROVA "C"

DIREITO PENAL – PARTE GERAL

1) É **correto** afirmar que, em relação ao TEMPO DO CRIME, o Código Penal brasileiro adotou:

- a) A Teoria do Resultado.
- b) A Teoria da Atividade.
- c) A Teoria da Ubiquidade.
- d) O Princípio da Retroatividade *in pejus*.

2) Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa **adequada**:

I – A *abolitio criminis* extingue os efeitos penais e extrapenais da condenação.

II – Nos *crimes comissivos*, existe a previsão de um comportamento positivo que, se realizado, resultará, em tese, na configuração do tipo penal. Os *crimes omissivos* estão divididos em próprios e impróprios.

III – No *crime impossível*, há previsão legal da infração que o agente pretende praticar, mas não alcança seu intento por absoluta ineficácia do meio ou absoluta impropriedade do objeto.

IV – No *crime putativo*, o agente almeja praticar uma infração que não encontra respaldo em nossa legislação. O fato por ele praticado é típico e ilícito.

- a) As afirmações I e II estão corretas e as demais incorretas.
- b) As afirmações II e III estão corretas e as demais incorretas.
- c) As afirmações I e IV estão corretas e as demais incorretas.
- d) Todas as afirmações estão corretas.

3) *Sebastião, Joaquim e Pedro*, no dia 21 de setembro de 2018, sequestraram a vítima *Marta*, a fim de conseguirem valor de resgate. Nessa época, estava em vigor a lei ALFA, que determinava a pena para o delito praticado pelos agentes. Ocorre que, cinco dias depois, em 26 de setembro de 2018, enquanto os agentes permaneciam com a vítima privada de sua liberdade e negociavam o seu resgate, entrou em vigor a lei BETA, que agravou a pena do crime, aumentando-a de metade. A vítima somente foi libertada no dia 02 de outubro de 2018. Nessa situação hipotética, em caso de condenação, qual lei deverá ser aplicada e sob qual justificativa?

- a) A lei ALFA, porque estava em vigor ao tempo da privação da liberdade da vítima.
- b) A lei ALFA, porque é a mais benéfica aos réus, considerando que há proibição da aplicação da *novatio legis in pejus*.
- c) A lei BETA, porque se trata de crime permanente e não há que se falar em *novatio legis in pejus*.
- d) A lei BETA, porque se trata de crime instantâneo e não permanente.

4) Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O Código Penal adotou, no artigo 68, o sistema trifásico para o cálculo da pena.
- b) Na primeira fase, a pena-base será fixada atendendo-se ao critério do artigo 59 do Código Penal, consistente nas circunstâncias judiciais.

- c) Na segunda fase de fixação da pena, as circunstâncias atenuantes poderão ser fixadas abaixo do mínimo legal e as agravantes, acima do máximo previsto em lei.
- d) Na terceira fase, serão consideradas as causas de diminuição e de aumento de pena previstas tanto na parte geral, quanto na especial.

5) É **incorreto** afirmar que o juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado à pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que:

- a) Cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.
- b) Cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso.
- c) Cumpridos mais de três quintos da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.
- d) Comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto e tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração.

6) Assinale a alternativa **correta** acerca dos seguintes enunciados:

I - Ocorre o concurso material homogêneo quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes idênticos, aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.

II - Ocorre o concurso material heterogêneo quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes não idênticos, aplicando-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

III - Ocorre o concurso formal homogêneo quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes idênticos, aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.

IV - Ocorre o concurso formal heterogêneo quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes não idênticos, aplicando-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

V - Ocorre o crime continuado quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplicando-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

- a) Os enunciados I, II e V são corretos;
- b) Os enunciados I, III e IV são corretos;
- c) Os enunciados II, III e IV são corretos;
- d) Os enunciados I, IV e V são corretos.

7) Assinale a alternativa **correta** acerca dos seguintes enunciados:

I - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que o crime se consumou e, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa.

II - São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos ou maior de 70 (setenta) anos.

III - O curso da prescrição interrompe-se pelo oferecimento da denúncia ou da queixa, pela pronúncia, pela decisão confirmatória da pronúncia e pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.

IV - O curso da prescrição interrompe-se pelo início ou continuação do cumprimento da pena.

- a) Os enunciados I e III são corretos.
- b) Os enunciados I e IV são corretos.
- c) Os enunciados II e III são corretos.
- d) Os enunciados II e IV são corretos.

8) Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A ação penal pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.
- b) Segundo estabelece o Código Penal, a representação será irretratável depois de recebida a denúncia.
- c) A ação de iniciativa privada é promovida mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- d) Salvo disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso de queixa subsidiária, do dia em que se esgota o prazo para o oferecimento da denúncia.

DIREITO CIVIL - PARTE GERAL

9) Sobre a pessoa jurídica, é **incorreto** afirmar que:

- a) Quanto ao regime, classificam-se em pessoas jurídicas de Direito Público Interno, Direito Público Externo e pessoas jurídicas de Direito Privado.
- b) Possuem personalidade e patrimônio próprios.
- c) As pessoas jurídicas de Direito Privado têm início com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- d) Cassada a autorização para seu funcionamento, imediatamente ela se extingue, independentemente de liquidação.

10) No que diz respeito ao domicílio da pessoa natural, é **correto** afirmar que:

- a) É o local de sua residência, com ou sem o ânimo definitivo.
- b) O funcionário público pode optar entre o local em que exerce permanentemente suas funções e o de sua residência.
- c) O preso não tem domicílio.
- d) É o lugar em que for encontrada a pessoa que não tenha residência habitual.

11) Sobre os bens reciprocamente considerados, é **incorreto** afirmar que:

- a) As benfeitorias voluptuárias são as que aumentam ou facilitam o uso do bem.
- b) São pertencas os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- c) Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.
- d) São necessárias as benfeitorias que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.

12) Nos termos do Código Civil, é **incorreto** afirmar que:

- a) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.
- b) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- c) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- d) É nulo o negócio jurídico por incapacidade relativa do agente.

13) Quanto ao instituto da prescrição, conforme previsto no Código Civil, é **correto** afirmar:

- a) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- b) A prescrição é irrenunciável.
- c) A prescrição somente pode ser alegada em primeiro grau de jurisdição.
- d) Os prazos prescricionais fluem, ainda que pendente condição suspensiva.

14) De acordo com o Código Civil, é **correto** afirmar que:

- a) A incapacidade relativa por menoridade somente cessa quando a pessoa atinge a maioridade.
- b) A declaração de morte presumida sempre pressupõe a decretação de ausência.
- c) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são absolutamente incapazes.
- d) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

15) Quanto aos direitos da personalidade, nos termos do Código Civil, é **correto** afirmar:

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- b) A proteção dos direitos da personalidade não se aplica às pessoas jurídicas.
- c) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- d) A proteção dos direitos da personalidade não se aplica às pessoas naturais.

16) De acordo com o Código Civil, pode(m) ser admitido(s) como testemunha(s):

- a) O interessado no litígio.
- b) Os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais, até o terceiro grau de alguma das partes, por consanguinidade, ou afinidade.
- c) As pessoas com deficiência.
- d) Os menores de dezesseis anos.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

17) São princípios processuais explícitos na Constituição da República, **exceto**:

- a) Devido processo legal.
- b) Presunção de inocência.
- c) Juiz natural.
- d) Duplo grau de jurisdição.

18) Assinale a alternativa **incorreta**. É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) A plenitude de defesa.
- b) A publicidade das votações.
- c) A soberania dos veredictos.
- d) A competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

19) Sobre os princípios processuais constitucionais, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A lei poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- b) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- c) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- d) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

20) Quanto à prisão, segundo a Constituição da República, é **correto** afirmar que:

- a) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, inclusive nos casos de transgressão militar e crime propriamente militar, definidos em lei.
- b) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados ao juiz competente, depois de 48 horas, e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- c) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

d) O preso não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

21) Assinale a alternativa **correta**:

a) O processo começa por iniciativa do juiz e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

b) O Estado promoverá, sempre que possível, a solução litigiosa dos conflitos.

c) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

d) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa, mesmo que inefetiva.

22) São princípios inerentes à jurisdição, **exceto**:

a) Investidura

b) Aderência ao território

c) Inafastabilidade

d) Evitabilidade

23) Sobre os temas "jurisdição" e "ação", assinale a alternativa **incorreta**:

a) A jurisdição é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional, conforme as disposições do Código de Processo Civil.

b) Segundo o Código de Processo Civil, para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.

c) O Código de Processo Civil, expressamente, elege a possibilidade jurídica do pedido como condição autônoma da ação.

d) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

24) Sobre a atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica, no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **incorreta**:

a) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica, nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição e nos processos que envolvam interesse público ou social, interesse de incapaz ou litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

b) A participação da Fazenda Pública, no processo civil, necessariamente, impõe a intervenção do Ministério Público, ainda que se trate de interesse público secundário.

c) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.

d) O Ministério Público, quando oficiar como fiscal da ordem jurídica, gozará de prazo em dobro para se manifestar nos autos.

LEI ORGÂNICA ESTADUAL DO MP

25) Incumbe ao estagiário, no exercício de suas funções auxiliares:

I. O atendimento ao público, nos limites da orientação que venha a receber;

II. A execução dos serviços de digitação, correspondência, escrituração, registro e arquivo, que lhe forem atribuídos;

III. Realizar o acompanhamento de processos administrativos ou judiciais;

IV. O desempenho, a partir da formalização do termo de estágio, de atos que constituam atribuição exclusiva de órgão de execução do Ministério Público.

a) As afirmativas I, II e III estão corretas.

b) As afirmativas I, II e IV estão corretas.

c) Somente as afirmativas I e II estão corretas.

d) Somente a afirmativa I está correta.

26) É **correto** afirmar que o estagiário, que desempenha outro cargo, emprego ou função pública ou exerça atividade privada incompatível com sua condição, está sujeito:

- a) Ao descredenciamento automático.
- b) Ao procedimento administrativo sumário, que seguirá o rito estabelecido para os membros do Ministério Público.
- c) Ao procedimento administrativo sumário, que seguirá o rito estabelecido para os servidores do Ministério Público.
- d) Ao procedimento administrativo disciplinar, que será instruído pela Comissão Processante Permanente composta por 5 (cinco) Procuradores de Justiça.

27) A partir da formalização do termo de compromisso de estágio, é **correto** afirmar que o estagiário:

- a) Terá os mesmos direitos e vantagens assegurados aos servidores do Ministério Público.
- b) Terá vínculo empregatício com o Estado.
- c) Deverá manter sigilo sobre informações, assuntos, fatos e documentos que tiver conhecimento em decorrência do estágio.
- d) Poderá identificar-se, invocando sua qualidade funcional, ou usar papéis com o timbre do Ministério Público em qualquer matéria alheia ao serviço.

28) É causa de desligamento automático do estagiário:

- a) A utilização de distintivos e insígnias privativos dos membros do Ministério Público.
- b) A ausência no serviço, durante o ano civil, por mais de dez dias sem justificção, ou por mais de vinte dias, ainda que motivadamente.
- c) A reprovação em uma disciplina no curso de graduação ou a sujeição a procedimento disciplinar na instituição de ensino que frequenta.
- d) O comportamento incompatível com a natureza da atividade funcional.

LÍNGUA PORTUGUESA

29) Analise as alternativas abaixo e assinale a que estiver grafada **corretamente** quanto à regência verbal:

- a) Promotor de Justiça: eis o cargo que aspiro.
- b) Recorri o Ministro para que me ajude.
- c) Obrigou-as a trabalhar?
- d) Recomendo-os prudência!

30) Assinale a alternativa em que o pronome oblíquo átono foi empregado segundo o que recomenda a norma culta:

- a) Me dá um pouco do seu sorvete?
- b) Disseram-me que o Artur está namorando!
- c) Não diga-lhes nada, por favor!
- d) A palestra que realizar-se-á amanhã será muito importante.

31) Assinale a alternativa que preencha, **correta** e respectivamente, as lacunas nos enunciados abaixo:

A mãe gastou _____ quantia em medicamentos.
Haverá _____ do terreno para a construção do teatro.
O jogador terá que _____ a camisa para ser convocado.

- a) vultosa - cessão - suar
- b) vultuosa - cessão - suar
- c) vultosa - sessão - soar
- d) vultuosa - seção - soar

32) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Em relação à frase acima, é **correto** afirmar:

- a) "Todos" é o predicado da frase.
- b) "bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida" funciona como aposto.
- c) Em "defendê-lo" e "preservá-lo", o pronome oblíquo átomo "lo" substitui o substantivo "direito".
- d) "têm" trata-se de verbo utilizado no gerúndio.

33) Assinale a alternativa **correta** quanto à ortografia e à acentuação dos trechos abaixo:

- a) É imprescindível que todas as áreas do saber se conjuguem de forma transdisciplinar e consigam minimizar a hiper-especialização do conhecimento.
- b) Assender materialmente só tem sentido se houver discernimento daquele que enriquece: riqueza material pode ser benvinda se for associada à do espírito, caso contrário, torna-se inocua.
- c) Numa era de turbulência, marcada por ódio efervescente, os livros de filosofia são antídotos contra tudo o que aniquila os valores, além de nos ajudar a coexistir com nossas próprias contradições.
- d) É cada vez mais comum a denúncia de improbidade administrativa em órgãos públicos, por isso é importante que as instituições trabalhem com diligência para apurar desvios inadmissíveis.

34) Assinale a alternativa que completa **corretamente** a frase, de acordo com a regência e o sinal indicativo da crase:

Em um país com baixos indicadores de leitura,

- a) não basta dobrar o número de bibliotecas, já que o incentivo à leitura é fundamental e a essa estratégia ninguém pode se opor.
- b) mesmo que as pesquisas mostrem aumento de leitores e o mercado livreiro ratifique aos dados, ainda não há nada à comemorar.
- c) não adianta impor autores clássicos a clientela jovem, se ela não for motivada previamente e não souber usufruir o prazer de ler esse tipo de literatura.
- d) é irrelevante para a família comprar livros, sem compartilhar à leitura com a criança e sem conduzir-lhe ao mundo da narrativa.

35) Preencha **correta** e respectivamente as lacunas da frase, de acordo com a norma da conjugação verbal:

_____ nas palavras dos mestres: "Em tempos de caos, se nos _____unidos e se a ordem estabelecida não _____ em nossa liberdade, aos poucos, tudo voltará ao normal".

- a) Meditemos – mantermos - intervier
- b) Meditamos – mantivemos - intervir
- c) Meditemos – mantivermos - intervier
- d) Meditamos – mantivermos - intervir

36) Assinale a alternativa em que todas as barras devem ser substituídas por vírgulas:

- a) Bons professores têm elevado nível intelectual e são pessoas curiosas/ capazes de continuar aprendendo pela vida afora/ como faz/ apaixonadamente/ qualquer profissional de alto nível.
- b) Bons professores têm elevado nível intelectual e/ são/ pessoas curiosas capazes continuar aprendendo/ pela vida afora como faz apaixonadamente/ qualquer profissional de alto nível.
- c) Bons professores/ têm elevado nível intelectual e são pessoas curiosas capazes de continuar aprendendo/ pela vida/ afora como faz apaixonadamente qualquer profissional/ de alto nível.
- d) Bons professores têm elevado nível intelectual/ e são pessoas curiosas/ capazes de continuar aprendendo pela vida/ afora como faz apaixonadamente/ qualquer profissional de alto nível.

PRINCÍPIOS E FUNÇÕES CONSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

37) São funções institucionais do Ministério Público, **exceto**:

- a) Exercer o controle externo da atividade policial.
- b) Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial.
- c) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- d) Exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

38) São **princípios** institucionais do Ministério Público:

- a) A independência funcional e a vitaliciedade.
- b) A unidade e a independência funcional.
- c) A inamovibilidade e a indivisibilidade.
- d) A independência funcional e a irredutibilidade de subsídio.

39) É **permitido** ao membro do Ministério Público, segundo o artigo 128, da Constituição da República:

- a) Exercer, além do cargo de membro do Ministério Público, uma única função pública de magistério.
- b) Exercer a advocacia.
- c) Exercer atividade político-partidária.
- d) Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.

40) A propósito da disciplina do Ministério Público na Constituição da República, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.
- c) Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- d) A Constituição da República prevê, expressamente, que será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o Ministério Público.

GABARITO PROVA "C"

1	B
2	B
3	C
4	C
5	C
6	D
7	B
8	B
9	D
10	D
11	A
12	D
13	A

14	D
15	A
16	C
17	D
18	B
19	A
20	C
21	C
22	D
23	C
24	B
25	A
26	C
27	C
28	B
29	C
30	B
31	A
32	B
33	D
34	A
35	C
36	A
37	D
38	B
39	A
40	D

PROVA "D"

DIREITO CIVIL - PARTE GERAL

- 1) Sobre a pessoa jurídica, é incorreto afirmar que:
 - a) Quanto ao regime, classificam-se em pessoas jurídicas de Direito Público Interno, Direito Público Externo e pessoas jurídicas de Direito Privado.
 - b) Possuem personalidade e patrimônio próprios.
 - c) As pessoas jurídicas de Direito Privado têm início com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
 - d) Cassada a autorização para seu funcionamento, imediatamente ela se extingue, independentemente de liquidação.

- 2) No que diz respeito ao domicílio da pessoa natural, é correto afirmar que:
 - a) É o local de sua residência, com ou sem o ânimo definitivo.
 - b) O funcionário público pode optar entre o local em que exerce permanentemente suas funções e o de sua residência.
 - c) O preso não tem domicílio.
 - d) É o lugar em que for encontrada a pessoa que não tenha residência habitual.

- 3) Sobre os bens reciprocamente considerados, é incorreto afirmar que:
 - a) As benfeitorias voluptuárias são as que aumentam ou facilitam o uso do bem.
 - b) São pertencas os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
 - c) Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.
 - d) São necessárias as benfeitorias que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.

- 4) Nos termos do Código Civil, é incorreto afirmar que:
- a) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.
 - b) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
 - c) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
 - d) É nulo o negócio jurídico por incapacidade relativa do agente.
- 5) Quanto ao instituto da prescrição, conforme previsto no Código Civil, é correto afirmar:
- a) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
 - b) A prescrição é irrenunciável.
 - c) A prescrição somente pode ser alegada em primeiro grau de jurisdição.
 - d) Os prazos prescricionais fluem, ainda que pendente condição suspensiva.
- 6) De acordo com o Código Civil, é correto afirmar que:
- a) A incapacidade relativa por menoridade somente cessa quando a pessoa atinge a maioridade.
 - b) A declaração de morte presumida sempre pressupõe a decretação de ausência.
 - c) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são absolutamente incapazes.
 - d) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- 7) Quanto aos direitos da personalidade, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:
- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
 - b) A proteção dos direitos da personalidade não se aplica às pessoas jurídicas.
 - c) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
 - d) A proteção dos direitos da personalidade não se aplica às pessoas naturais.
- 8) De acordo com o Código Civil, pode(m) ser admitido(s) como testemunha(s):
- a) O interessado no litígio.
 - b) Os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais, até o terceiro grau de alguma das partes, por consanguinidade, ou afinidade.
 - c) As pessoas com deficiência.
 - d) Os menores de dezesseis anos.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

- 9) São princípios processuais explícitos na Constituição da República, exceto:
- a) Devido processo legal.
 - b) Presunção de inocência.
 - c) Juiz natural.
 - d) Duplo grau de jurisdição.
- 10) Assinale a alternativa incorreta. É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:
- a) A plenitude de defesa.
 - b) A publicidade das votações.
 - c) A soberania dos veredictos.
 - d) A competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

11) Sobre os princípios processuais constitucionais, assinale a alternativa incorreta:

- a) A lei poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- b) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- c) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- d) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

12) Quanto à prisão, segundo a Constituição da República, é correto afirmar que:

- a) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, inclusive nos casos de transgressão militar e crime propriamente militar, definidos em lei.
- b) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados ao juiz competente, depois de 48 horas, e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- c) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
- d) O preso não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

13) Assinale a alternativa correta:

- a) O processo começa por iniciativa do juiz e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.
- b) O Estado promoverá, sempre que possível, a solução litigiosa dos conflitos.
- c) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.
- d) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa, mesmo que inefetiva.

14) São princípios inerentes à jurisdição, exceto:

- a) Investidura
- b) Aderência ao território
- c) Inafastabilidade
- d) Evitabilidade

15) Sobre os temas "jurisdição" e "ação", assinale a alternativa incorreta:

- a) A jurisdição é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional, conforme as disposições do Código de Processo Civil.
- b) Segundo o Código de Processo Civil, para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- c) O Código de Processo Civil, expressamente, elege a possibilidade jurídica do pedido como condição autônoma da ação.
- d) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

16) Sobre a atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica, no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica, nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição e nos processos que envolvam interesse público ou social, interesse de incapaz ou litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.
- b) A participação da Fazenda Pública, no processo civil, necessariamente, impõe a intervenção do Ministério Público, ainda que se trate de interesse público secundário.
- c) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.

d) O Ministério Público, quando oficiar como fiscal da ordem jurídica, gozará de prazo em dobro para se manifestar nos autos.

LEI ORGÂNICA ESTADUAL DO MP

17) Incumbe ao estagiário, no exercício de suas funções auxiliares:

- I. O atendimento ao público, nos limites da orientação que venha a receber;
- II. A execução dos serviços de digitação, correspondência, escrituração, registro e arquivo, que lhe forem atribuídos;
- III. Realizar o acompanhamento de processos administrativos ou judiciais;
- IV. O desempenho, a partir da formalização do termo de estágio, de atos que constituam atribuição exclusiva de órgão de execução do Ministério Público.

- a) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) As afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- d) Somente a afirmativa I está correta.

18) É correto afirmar que o estagiário, que desempenha outro cargo, emprego ou função pública ou exerça atividade privada incompatível com sua condição, está sujeito:

- a) Ao descredenciamento automático.
- b) Ao procedimento administrativo sumário, que seguirá o rito estabelecido para os membros do Ministério Público.
- c) Ao procedimento administrativo sumário, que seguirá o rito estabelecido para os servidores do Ministério Público.
- d) Ao procedimento administrativo disciplinar, que será instruído pela Comissão Processante Permanente composta por 5 (cinco) Procuradores de Justiça.

19) A partir da formalização do termo de compromisso de estágio, é correto afirmar que o estagiário:

- a) Terá os mesmos direitos e vantagens assegurados aos servidores do Ministério Público.
- b) Terá vínculo empregatício com o Estado.
- c) Deverá manter sigilo sobre informações, assuntos, fatos e documentos que tiver conhecimento em decorrência do estágio.
- d) Poderá identificar-se, invocando sua qualidade funcional, ou usar papéis com o timbre do Ministério Público em qualquer matéria alheia ao serviço.

20) É causa de desligamento automático do estagiário:

- a) A utilização de distintivos e insígnias privativos dos membros do Ministério Público.
- b) A ausência no serviço, durante o ano civil, por mais de dez dias sem justificção, ou por mais de vinte dias, ainda que motivadamente.
- c) A reprovação em uma disciplina no curso de graduação ou a sujeição a procedimento disciplinar na instituição de ensino que frequenta.
- d) O comportamento incompatível com a natureza da atividade funcional.

LÍNGUA PORTUGUESA

21) Analise as alternativas abaixo e assinale a que estiver grafada corretamente quanto à regência verbal:

- a) Promotor de Justiça: eis o cargo que aspiro.
- b) Recorri o Ministro para que me ajude.
- c) Obrigou-as a trabalhar?
- d) Recomendo-os prudência!

22) Assinale a alternativa em que o pronome oblíquo átono foi empregado segundo o que recomenda a norma culta:

- a) Me dá um pouco do seu sorvete?
- b) Disseram-me que o Artur está namorando!
- c) Não diga-lhes nada, por favor!
- d) A palestra que realizar-se-á amanhã será muito importante.

23) Assinale a alternativa que preencha, correta e respectivamente, as lacunas nos enunciados abaixo:

A mãe gastou _____ quantia em medicamentos.
Haverá _____ do terreno para a construção do teatro.
O jogador terá que _____ a camisa para ser convocado.

- a) vultosa - cessão - suar
- b) vultuosa - cessão - suar
- c) vultosa - sessão - soar
- d) vultuosa - seção - soar

24) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Em relação à frase acima, é correto afirmar:

- a) "Todos" é o predicado da frase.
- b) "bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida" funciona como aposto.
- c) Em "defendê-lo" e "preservá-lo", o pronome oblíquo átono "lo" substitui o substantivo "direito".
- d) "têm" trata-se de verbo utilizado no gerúndio.

25) Assinale a alternativa correta quanto à ortografia e à acentuação dos trechos abaixo:

- a) É imprescindível que todas as áreas do saber se conjuguem de forma transdisciplinar e consigam minimizar a hiper-especialização do conhecimento.
- b) Assender materialmente só tem sentido se houver discernimento daquele que enriquece: riqueza material pode ser benvinda se for associada à do espírito, caso contrário, torna-se inocua.
- c) Numa era de turbulência, marcada por ódio efervescente, os livros de filosofia são antídotos contra tudo o que aniquila os valores, além de nos ajudar a coexistir com nossas próprias contradições.
- d) É cada vez mais comum a denúncia de improbidade administrativa em órgãos públicos, por isso é importante que as instituições trabalhem com diligência para apurar desvios inadmissíveis.

26) Assinale a alternativa que completa corretamente a frase, de acordo com a regência e o sinal indicativo da crase:

Em um país com baixos indicadores de leitura,

- a) não basta dobrar o número de bibliotecas, já que o incentivo à leitura é fundamental e a essa estratégia ninguém pode se opor.
- b) mesmo que as pesquisas mostrem aumento de leitores e o mercado livreiro ratifique aos dados, ainda não há nada à comemorar.
- c) não adianta impor autores clássicos a clientela jovem, se ela não for motivada previamente e não souber usufruir o prazer de ler esse tipo de literatura.
- d) é irrelevante para a família comprar livros, sem compartilhar à leitura com a criança e sem conduzir-lhe ao mundo da narrativa.

27) Preencha correta e respectivamente as lacunas da frase, de acordo com a norma da conjugação verbal:

_____ nas palavras dos mestres: “Em tempos de caos, se nos _____unidos e se a ordem estabelecida não _____ em nossa liberdade, aos poucos, tudo voltará ao normal”.

- a) Meditemos – mantermos - intervier
- b) Meditamos – mantivemos - intervir
- c) Meditemos – mantivermos - intervier
- d) Meditamos – mantivermos - intervir

28) Assinale a alternativa em que todas as barras devem ser substituídas por vírgulas:

- a) Bons professores têm elevado nível intelectual e são pessoas curiosas/ capazes de continuar aprendendo pela vida afora/ como faz/ apaixonadamente/ qualquer profissional de alto nível.
- b) Bons professores têm elevado nível intelectual e/ são/ pessoas curiosas capazes continuar aprendendo/ pela vida afora como faz apaixonadamente/ qualquer profissional de alto nível.
- c) Bons professores/ têm elevado nível intelectual e são pessoas curiosas capazes de continuar aprendendo/ pela vida/ afora como faz apaixonadamente qualquer profissional/ de alto nível.
- d) Bons professores têm elevado nível intelectual/ e são pessoas curiosas/ capazes de continuar aprendendo pela vida/ afora como faz apaixonadamente/ qualquer profissional de alto nível.

PRINCÍPIOS E FUNÇÕES CONSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

29) São funções institucionais do Ministério Público, exceto:

- a) Exercer o controle externo da atividade policial.
- b) Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial.
- c) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- d) Exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

30) São princípios institucionais do Ministério Público:

- a) A independência funcional e a vitaliciedade.
- b) A unidade e a independência funcional.
- c) A inamovibilidade e a indivisibilidade.
- d) A independência funcional e a irredutibilidade de subsídio.

31) É permitido ao membro do Ministério Público, segundo o artigo 128, da Constituição da República:

- a) Exercer, além do cargo de membro do Ministério Público, uma única função pública de magistério.
- b) Exercer a advocacia.
- c) Exercer atividade político-partidária.
- d) Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.

32) A propósito da disciplina do Ministério Público na Constituição da República, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.
- c) Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

d) A Constituição da República prevê, expressamente, que será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o Ministério Público.

DIREITO PENAL – PARTE GERAL

33) É correto afirmar que, em relação ao TEMPO DO CRIME, o Código Penal brasileiro adotou:

- a) A Teoria do Resultado.
- b) A Teoria da Atividade.
- c) A Teoria da Ubiquidade.
- d) O Princípio da Retroatividade in pejus.

34) Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa adequada:

I – A abolitio criminis extingue os efeitos penais e extrapenais da condenação.

II – Nos crimes comissivos, existe a previsão de um comportamento positivo que, se realizado, resultará, em tese, na configuração do tipo penal. Os crimes omissivos estão divididos em próprios e impróprios.

III – No crime impossível, há previsão legal da infração que o agente pretende praticar, mas não alcança seu intento por absoluta ineficácia do meio ou absoluta impropriedade do objeto.

IV – No crime putativo, o agente almeja praticar uma infração que não encontra respaldo em nossa legislação. O fato por ele praticado é típico e ilícito.

- a) As afirmações I e II estão corretas e as demais incorretas.
- b) As afirmações II e III estão corretas e as demais incorretas.
- c) As afirmações I e IV estão corretas e as demais incorretas.
- d) Todas as afirmações estão corretas.

35) Sebastião, Joaquim e Pedro, no dia 21 de setembro de 2018, sequestraram a vítima Marta, a fim de conseguirem valor de resgate. Nessa época, estava em vigor a lei ALFA, que determinava a pena para o delito praticado pelos agentes. Ocorre que, cinco dias depois, em 26 de setembro de 2018, enquanto os agentes permaneciam com a vítima privada de sua liberdade e negociavam o seu resgate, entrou em vigor a lei BETA, que agravou a pena do crime, aumentando-a de metade. A vítima somente foi libertada no dia 02 de outubro de 2018. Nessa situação hipotética, em caso de condenação, qual lei deverá ser aplicada e sob qual justificativa?

- a) A lei ALFA, porque estava em vigor ao tempo da privação da liberdade da vítima.
- b) A lei ALFA, porque é a mais benéfica aos réus, considerando que há proibição da aplicação da novatio legis in pejus.
- c) A lei BETA, porque se trata de crime permanente e não há que se falar em novatio legis in pejus.
- d) A lei BETA, porque se trata de crime instantâneo e não permanente.

36) Assinale a alternativa incorreta:

- a) O Código Penal adotou, no artigo 68, o sistema trifásico para o cálculo da pena.
- b) Na primeira fase, a pena-base será fixada atendendo-se ao critério do artigo 59 do Código Penal, consistente nas circunstâncias judiciais.
- c) Na segunda fase de fixação da pena, as circunstâncias atenuantes poderão ser fixadas abaixo do mínimo legal e as agravantes, acima do máximo previsto em lei.
- d) Na terceira fase, serão consideradas as causas de diminuição e de aumento de pena previstas tanto na parte geral, quanto na especial.

37) É incorreto afirmar que o juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado à pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que:

- a) Cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.
- b) Cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso.

c) Cumpridos mais de três quintos da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.

d) Comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto e tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração.

38) Assinale a alternativa correta acerca dos seguintes enunciados:

I - Ocorre o concurso material homogêneo quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes idênticos, aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.

II - Ocorre o concurso material heterogêneo quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes não idênticos, aplicando-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

III - Ocorre o concurso formal homogêneo quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes idênticos, aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.

IV - Ocorre o concurso formal heterogêneo quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes não idênticos, aplicando-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

V - Ocorre o crime continuado quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplicando-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

- a) Os enunciados I, II e V são corretos;
- b) Os enunciados I, III e IV são corretos;
- c) Os enunciados II, III e IV são corretos;
- d) Os enunciados I, IV e V são corretos.

39) Assinale a alternativa correta acerca dos seguintes enunciados:

I - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que o crime se consumou e, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa.

II - São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos ou maior de 70 (setenta) anos.

III - O curso da prescrição interrompe-se pelo oferecimento da denúncia ou da queixa, pela pronúncia, pela decisão confirmatória da pronúncia e pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.

IV - O curso da prescrição interrompe-se pelo início ou continuação do cumprimento da pena.

- a) Os enunciados I e III são corretos.
- b) Os enunciados I e IV são corretos.
- c) Os enunciados II e III são corretos.
- d) Os enunciados II e IV são corretos.

40) Assinale a alternativa incorreta:

a) A ação penal pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.

b) Segundo estabelece o Código Penal, a representação será irretratável depois de recebida a denúncia.

c) A ação de iniciativa privada é promovida mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.

d) Salvo disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que veio

a saber quem é o autor do crime, ou, no caso de queixa subsidiária, do dia em que se esgota o prazo para o oferecimento da denúncia.

GABARITO PROVA "D"

1	D
2	D
3	A
4	D
5	A
6	D
7	A
8	C
9	D
10	B
11	A
12	C
13	C
14	D
15	C
16	B
17	A
18	C
19	C
20	B
21	C
22	B
23	A
24	B
25	D
26	A
27	C
28	A
29	D
30	B
31	A
32	D
33	B
34	B
35	C
36	C
37	C
38	D
39	B
40	B

(Publicar no D.O.E. dias 05, 07 e 09/11/2019)